

ABCDE da Gestão Pública

A pouco mais de um mês do primeiro turno das eleições, em um cenário marcado pelas crises econômica, de representatividade política, ética, moral e de confiança no Estado, **um dos pontos cruciais da Administração Pública ganha relevo na democracia nacional: a relação entre deveres coletivos e interesses pessoais.**

Com o objetivo de qualificar o debate sobre as propostas dos candidatos, com vistas à renovação efetiva da agenda de recuperação e modernização do Estado, o Conselho Federal de Administração (CFA), órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador do exercício da profissão no país, elaborou o ABCDE da Gestão Pública.

De acordo com o levantamento, 13 áreas previstas nos planos de governo apresentados (Saúde; Educação; Privatizações; Programas Sociais; Previdência Social; Reforma Trabalhista; Segurança Pública; Teto dos Gastos Públicos; Política Econômica; Geração de Empregos; Meio Ambiente; Gestão; Combate à Corrupção) serão evidenciadas, a partir de quatro eixos estratégicos para uma Governança eficaz: Profissionalização; Eficiência; Efetividade e Transparência.

Para o presidente do CFA, Wagner Siqueira, a racionalidade do eleitor precisa ganhar protagonismo pré-eleitoral.

“Vivemos em uma democracia e é com o voto que vamos instrumentalizar, legitimamente, as mudanças que julgamos necessárias para o resgate do papel essencial do Estado - de garantidor dos direitos fundamentais ao indivíduo”, ressalta Siqueira, que é autor de mais de dez livros sobre Administração e de quatro outros sobre política e ação legislativa; membro da Academia Brasileira de Ciências da Administração (ABCA) e cuja formação é em Gestão Pública.



CFA
Conselho Federal de Administração

1 • Profissionalização

- Redução dos cargos em comissão.
- A profissionalização da administração pública em cargos estratégicos
- Aumento do investimento em capacitação dos servidores públicos.

2 • Eficiência

- Mudança na lógica do orçamento, hoje marcada pelo descompasso entre o planejamento mais geral de metas e a forma como é executado.
- Definir uma agenda programática e sistêmica de políticas governamentais.
- Metas governamentais só podem ser efetivamente perseguidas, com monitoramento e avaliação adequados.
- O governo eletrônico é o instrumento com maior potencial para elevar a eficiência governamental no Brasil. Muito já se avançou neste terreno, o que garante um alicerce para a continuidade das ações. Mas ainda há várias áreas do Estado que ainda desconhecem o e-government.
- Políticas de desburocratização aumentam a eficiência e combatem a corrupção.

3 • Efetividade

- Políticas públicas, cada vez mais, terão seu desempenho avaliado pelos resultados efetivos que trazem aos cidadãos. É preciso orientar a administração pública por metas e indicadores.
- Não bastarão alterações institucionais, serão necessárias mudanças na cultura política.
- A lógica segmentada das políticas públicas deve igualmente sofrer uma transformação. Ações intersetoriais e programas transversais devem ser priorizados.
- O fracionamento dos ministérios e secretarias aumenta o poderio político de cada área, criando nichos monopolistas de poder.
- Medidas mais efetivas contra a fragmentação organizacional, pelo entrosamento entre os níveis de governo, uma vez que os entes locais executam as ações, mas precisam de colaboração horizontal e vertical para ter sucesso.
- O fortalecimento da regulação dos serviços públicos, com marcos e aparatos regulatórios que funcionem a contento. Regular bem significa não só garantir o caráter público dos serviços, mas também a sua qualidade – e nenhum ente privado ou ONG fará melhor que o Estado caso não seja regulado.

4 • Transparência

- A administração pública brasileira só será mais eficiente e efetiva caso possa ser cobrada e controlada pela sociedade.
- Tribunais de contas, conselhos de políticas públicas e ouvidorias precisam cumprir seus papéis institucionais onde não são efetivos.
- A frágil conexão entre eleitores e eleitos favorece o clientelismo e o patrimonialismo em várias instâncias de poder, sobretudo no plano subnacional. A manutenção do atual sistema político reforça as piores características do modelo administrativo. É preciso mexer no primeiro para modernizar as profundezas da gestão pública.
- Uma agenda de longo prazo para reformar a gestão pública brasileira depende como em qualquer outro campo de políticas públicas, não só de ideias e análises. Acima de tudo, é preciso constituir coalizões.



Profissionalização



Eficiência



Efetividade



Transparência

